

**Síntese da Intervenção do Presidente da APB no Workshop *O Setor Bancário e os Riscos Climáticos e Ambientais*, promovido pelo Banco de Portugal em 12/3/2024**

As alterações climáticas e as suas consequências são hoje uma realidade incontornável.

À medida que nos vamos confrontando com as crescentes consequências dessas alterações, torna-se indispensável adotar medidas de mitigação, bem como de gestão dos riscos associados e que impendem sobre a atividade económica e, através dela, sobre o sistema financeiro.

O papel do sector bancário assume-se crítico, quer pelo impacto dos riscos físicos e de transição sobre os balanços e modelos de negócio, quer pelo volume significativo de financiamento que a economia vai necessitar para assegurar que os compromissos de neutralidade carbónica, assumidos pela União Europeia e por Portugal, são efetivamente cumpridos.

O sector bancário português está totalmente empenhado na prossecução da agenda da sustentabilidade e em corresponder às expectativas, neste domínio, dos reguladores – Banco Central Europeu (BCE), Autoridade Bancária Europeia e Banco de Portugal (BdP) – e da sociedade em geral.

Tal compromisso materializa-se, nomeadamente, na integração de fatores ESG na estratégia global das instituições, na definição de metas em termos de carteira de crédito e de investimento, na gestão dos riscos relacionados, no lançamento de linhas de crédito específicas, na estruturação de operações indexadas a objetivos de sustentabilidade, no lançamento de produtos de investimento, na adaptação de critérios de seleção de fornecedores e no vasto trabalho desenvolvido em estreita cooperação, com clientes e restantes *stakeholders*.

O processo de transição para uma economia hipocarbónica acarreta, contudo, vários desafios significativos, entre os quais gostaria de destacar a ausência de dados ESG em larga escala, fiáveis e comparáveis, essenciais não só para cumprir a legislação e corresponder às expectativas dos supervisores, mas também para auxiliar o processo de tomada de decisão das instituições.

As conclusões publicadas pelas entidades supervisoras sobre exercícios de avaliação e de monitorização das práticas em vigor nas instituições indicam que os bancos portugueses estão, progressivamente, a conferir maior atenção aos riscos climáticos e ambientais e a considerá-los na sua atividade, embora ainda persistam, como é natural num empreendimento tão transformador e pressionante, alguns desvios face às expectativas de supervisão definidas. Tais desvios não deixarão, claro, de ser devidamente endereçados até ao final do ano, com o reforço dos instrumentos estratégicos dirigidos à adaptação e mitigação dos riscos em causa.

Subsistem desafios que terão que ser superados e que envolvem, nomeadamente, a obtenção de dados relevantes relativos às exposições das empresas clientes, em particular no segmento de PME e a ausência de metodologias estabilizadas e de utilização uniforme. Entre outros.

Tais desafios requerem, para além do comprometimento e actuação dos bancos com vista ao cumprimento das expectativas de supervisão, que estes sejam coadjuvados numa missão que, a final, é de todos e não apenas dos bancos. Coadjuvação que, entre outros aspetos relevantes, deverá atender à necessidade de suprir a lacuna de dados ESG, envolvendo várias entidades, incluindo o Banco de Portugal, enquanto autoridade estatística, e faz esperar que os supervisores atendam a critérios de razoabilidade e proporcionalidade, no que concerne à implementação de todas as suas expectativas, especialmente as mais exigentes em termos de dados e ferramentas. É importante também que os riscos físicos com que os vários países se confrontam sejam identificados numa base homogénea de critérios e da sua aplicação.

A prossecução da agenda da sustentabilidade, que envolve a adequada gestão de riscos climáticos e ambientais, bem como o aproveitamento das oportunidades associadas ao financiamento das necessidades de investimento nas próximas décadas, traduz-se numa total comunhão de interesses entre supervisores e supervisionados, geradora de externalidades positivas.

As expectativas dos supervisores são elevadas. O cumprimento de algumas delas apresenta particulares dificuldades, devidas majoritariamente a fatores exógenos ao *core* da atividade bancária, e em particular à falta de dados ESG para uma parte muito significativa da economia real, abrangendo quer empresas, quer particulares.

Saliento, pois, a importância de supervisores e supervisionados trabalharem em estreita cooperação, por acreditar que o décimo sétimo, e último, objetivo da lista de Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – “Parcerias para a Implementação dos Objetivos” – é, na

verdade, o que assume maior importância, por contribuir para uma melhor implementação de todos os restantes objetivos da lista.